

Boletim Adventista

Director e Editor: Ernesto Ferreira
Proprietária: Casa Publicadora Angolana
Redacção e Administração: Missão Adventista
C. P. 3 - Nova Lisboa

Composição e Impressão: Missão do Bongo
Lépi

NÚMERO AVULSO 2\$00
ASSINATURA ANUAL 20\$00

Ano VI — Número 69

Setembro de 1968

POEMA DA FÉ

*Senhor, eu creio! — digo eu, diz cada crente,
Diz quase toda a gente.
Mas temo se insinue neste grito, à mistura
Com a fé, a subtil intenção de estabelecer
Saídas de emergência, ou caução prudente,
Que, se não é descrença, também não é fé pura.*

Senhor, eu julgo crer!

*Se muito ou pouco, não no sei dizer,
Porque só na medida
Em que na Tua palavra arrisco a vida
É que a minha fé deixa de ser,
No mundo abominável da mentira,
Outra mentira.*

*Só quando a fé, mediante a graça, me ensinar
A ver pelos Teus olhos, a fazer dos Teus meus gostos,
Ao arrepio de todos, e em todos ler nos rostos
O espanto de me verem tropeçar
Nos caminhos do mundo, por ter no céu o olhar;
Quando, enfim, lograr
Refundir totalmente no Teu o meu critério,*

*Então,
E só então,
Eu ousarei dizer a sério,
Sem sombras de receio:
SENHOR, EU CREIO!*

A. M.

Salários e Dedicção à Obra

por Ellen G. White

Deve haver no tesouro do Senhor recursos suficientes para dar sustento apropriado aos que consagram seu tempo à obra de salvar almas. Não lhes deve ser regateado seu justo salário. Os que estão prontos a trabalhar para o Mestre não devem ser deixados em falta do necessário à vida. Devem ser habilitados a viver confortavelmente, e terem também suficiente, de maneira que possam fazer donativos à causa de Deus; pois acontece frequentemente esperar-se que estejam à frente no fazer ofertas.

Trabalhar por amor e não pelo salário

Quando um homem ama a Deus acima de tudo o mais, e a seu próximo como a si mesmo, não indagará se aquilo que ele pode fazer trará muito ou pouco lucro. Fará o trabalho, e aceitará o pagamento oferecido. Não dará o exemplo de recusar a tarefa porque não pode receber por ela salário tão alto quanto pensa que merece.

Não diga ninguém: «Empregar-me-ei nesta obra por uma quantia estipulada. Se não receber essa importância, não farei a obra». Os que assim dizem mostram que não estão levando o jugo de Cristo; não Lhe estão aprendendo a mansidão e a humildade.

Nossa relação para com a obra de Deus não deve ser posta em base mercenária — segundo a avaliação do homem, tanto trabalho, tanta paga. Grande engano é julgarem os homens que seus serviços são inapreciáveis. Seja Deus fiel à Sua palavra, e haverá grande mudança na avaliação do serviço feito para o Mestre.

Os que pensam mais em seu ganho do que no privilégio de ser honrados como servos do Senhor, que empreendem seu trabalho no espírito de quem se congratula consigo mesmo por receber pagamento, não põem muita abnegação e espírito de sacrifício em sua obra. Os últimos homens assalariados creram na palavra do pai de família: «Recebereis o que for justo». S. Mat. 20:7. Sabiam que haviam de receber o que merecessem, e foram postos em primeiro lugar, por-

que puseram fé em seu trabalho. Se aqueles que haviam trabalhado o dia inteiro houvessem posto no trabalho um espírito amoroso e confiante, haveriam continuado a ser os primeiros.

O Senhor Jesus avalia a obra feita segundo o espírito em que é executada. Ele aceitará em hora avançada os pecadores arrependidos que a Ele chegam em fé humilde, e são obedientes a Seus mandamentos.

Cristo adverte os que se acham ao Seu serviço de que não devem regatear a estipulada quantia, como se seu Mestre não tratasse com eles com justiça. Ele deu essa parábola para que os murmuradores não obtivessem simpatia em razão dos supostos agravos por eles sofridos.

Perigo espiritual de exigir salários mais elevados

Tem-me sido repetidamente mostrado que quando as pessoas começam a procurar vencimentos mais e mais altos, penetra-lhes na vida cristã algo que as coloca em posição em que não mais se encontram em terreno vantajoso. Mas quando recebem o ganho que traz o cunho de seu sacrifício, Deus lhes vê a abnegação e dá-lhes êxito e vitória. Isto me tem sido apresentado repetidamente. O Senhor, que vê em oculto, recompensará publicamente todo o sacrifício que Seus provados servos têm estado dispostos a fazer.

A verdadeira prosperidade nunca pode vir à alma que está constantemente aspirando a maiores vencimentos, que cede à tentação que a afasta da obra que Deus lhe designou. Nunca haverá prosperidade para qualquer homem ou família, ou qualquer firma ou instituição, a menos que seja presidida pela sabedoria de Deus.

Quando qualquer homem ligado à obra de Deus se recusa a trabalhar pelo ordenado que está recebendo, quando está recebendo quantia razoável por seus serviços, ele pode obter aquilo que pede, mas será muitas vezes com detrimento da graça de Deus no coração, o que é de mais valor que ouro e prata e pedras preciosas.

Pensam alguns que se fossem pagos mais elevados vencimentos a homens de talento superior, esses homens ficariam entre nós; então, realizar-se-ia mais trabalho, de maneira mais cabal, e a causa da verdade ocuparia mais elevado plano.

Relativamente a esta questão, recebi instruções de Alguém que jamais erra: «Quem, pergunto eu, «é competente para medir a genuína utilidade e a influência de seus coobreiros?» Homem algum se acha habilitado a julgar da utilidade de outro no serviço de Deus.

A posição ou ofício que um homem possa ocupar não é a única indicação de sua utilidade na causa de Deus. É o desenvolvimento de um carácter semelhante ao de Cristo mediante santificação do espírito, que lhe dará influência para bem. Na estimativa de Deus, o grau de sua fidelidade determina o valor do serviço que presta.

Deus só aceita os serviços daqueles que são participantes da natureza divina. Sem Cristo, o homem nada pode fazer. O amor para com Deus e o homem, unicamente, coloca os seres humanos em terreno vantajoso para com Deus. Obediência à ordem divina habilita-nos a tornar-nos cooperadores de Deus. O amor é o fruto produzido pela árvore cristã, fruto que é como as folhas da árvore da vida para a cura das nações.

Muitas coisas há que precisam ser ajustadas, que serão ajustadas caso nos apeguemos estritamente aos princípios. Foi-me dada instrução especial quanto aos nossos ministros. Não é a vontade de Deus que busquem ser ricos. Não se devem meter em empreendimentos mundanos, pois isto os inabilita para dedicar suas melhores energias às coisas espirituais.

Os obreiros devem despertar para ver mais longe. Em muitos a abnegação e o sacrifício se acham mortos, e esses elementos precisam voltar à vida. Os homens devem compreender que os grandes ordenados que pleiteiam estão minando o tesouro do Senhor. Eles estão ligando o dinheiro de Deus a interesses particulares, e por suas acções dizendo ao mundo: «O meu Senhor tarde virá». Mat. 24:48. Não será isto mudado? Quem se elevará à altura do grande exemplo do Obreiro-Mestre?

Não devem uns poucos exigir salário elevado, e semelhante salário não deve ser apresentado como incentivo para conseguir

pessoas de talento e habilidade. Isto seria colocar as coisas sobre princípio mundano. O aumento do salário traz consigo um correspondente aumento de egoísmo, orgulho, ostentação, satisfação própria, e extravagâncias desnecessárias, que não possui o povo que faz tudo o que pode para pagar seus dízimos e apresentar a Deus suas ofertas.

A tentação de deixar a Obra para obter maiores vantagens financeiras

Os que se separam de sua ligação com a causa do Senhor por algum incentivo mundano, podem pensar que têm ainda certa medida de interesse na causa de Deus; mas o egoísmo e a cobiça que espreitam no coração humano são paixões muito poderosas, e o resultado do conflito não é simples conjectura. A menos que a alma esteja todos os dias vivendo da carne de Cristo, e bebendo Seu sangue, o elemento piedoso será vencido pelo satânico. O egoísmo e a cobiça levarão a palma da vitória.

Desligando-se da obra de Deus no escritório, o irmão X fez justamente o que eu temera que fizesse. Se se tivesse negado a si mesmo, permanecendo em seu posto, em obediência à vontade de Deus, e por ser esta a obra divina, pondo seu coração inteiro na causa e assumindo suas responsabilidades e encargos como outros os têm assumido antes dele, embora ele não ganhasse financeiramente tanto quanto em negócios por sua conta — tivesse ele feito isto, teria então tornado manifesto não ser oportunista. Mas quão grande era seu interesse no escritório, se se afastou quando bem quis, ao parecer-lhe ser de seu interesse assim proceder? Deveriam os soldados nas fileiras de Cristo agir dessa maneira? Se os soldados do exército de uma nação isso fizessem, seriam tratados como desertores, e como considera o universo celestial semelhantes soldados do exército de Cristo? Ninguém que se empenhe na obra de Deus com o devido apreço de sua santidade, pode voltar as costas à obra para conseguir vantagens mundanas, quaisquer que sejam.

Visado pela Censura

O Arrependimento, a Confissão e o Perdão dos Pecados

por Ernesto Ferreira

No seu estado natural, dominado pelo pecado, o homem jamais poderia salvar-se.

Tem, porém, um Salvador — o Senhor Jesus Cristo, que ofereceu a vida em expiação pelos seus pecados e lhe dá poder para obter a vitória.

A condição prévia para a salvação é, pois, a aceitação de Jesus como Salvador pessoal. Mas isso não basta. O homem necessita de pesar por uma transformação radical. A essa transformação chamam as Sagradas Escrituras a conversão.

Na conversão podemos observar dois movimentos — um, negativo, que leva o homem a abandonar o pecado; e outro, positivo, que o leva a voltar-se para Cristo. Ao primeiro movimento damos o nome de arrependimento; ao segundo, o de fé.

Arrependimento

Se analisarmos com cuidado em que consiste o arrependimento bíblico, distinguiremos nele três elementos distintos, que mutuamente se completam:

1. Um elemento intelectual — o reconhecimento do pecado (no grego, *epignosis amartias* — cfr. Rom. 3:20). A ele se referia o Salmista quando clamava: «Porque eu conheço as minhas transgressões, e o meu pecado está sempre diante de mim». Sal. 51:3.

2. Um elemento afectivo — a tristeza pelo pecado, como ofensivo a Deus (gr. *lupe katá Theón* — cfr. 2 Cor. 7:10). Esta tristeza é expressa nos homens da Bíblia por meio de atitudes humildes, de lágrimas, jejuns, etc.

3. Um elemento activo — a mudança no pensar e no agir (gr. *metánoia* — cfr. Act. 2:38; Rom. 2:4).

Este elemento, implicando os dois precedentes, é o mais importante. Leva a abandonar a direcção errada e a tomar uma nova direcção, a começar uma nova vida.

Frutos do arrependimento

Quando João Baptista começou a pregar, as suas palavras foram: «Arrependei-vos, porque é chegado o reino dos Céus». Mat. 3:2.

Mas a sua mensagem não terminava aí. Continuava: «Produzi, pois, frutos dignos de arrependimento». Vers. 8.

O primeiro fruto do arrependimento é sem dúvida o desejo de reparar o mal feito.

Mas como reparar esse mal?

Em geral, nada mais se pode fazer do que pedir perdão. A este pedido de perdão chamam as Sagradas Escrituras a confissão.

A confissão é, pois, a primeira manifestação do desejo de reparar o mal. E ela é indispensável: «O que encobre as suas transgressões nunca prosperará, mas o que as confessa e deixa alcançará misericórdia». Prov. 28:13.

Em muitos casos, porém, há algo mais a fazer do que confessar o mal praticado. Se se prejudicou física ou moralmente alguém, deve ser feita restituição.

Como lemos em Levítico 6:4, «restituirá o roubo que roubou, ou o retido que retém violentamente, ou o depósito que lhe foi dado em guarda, ou o perdido que achou». Foi precisamente o que Zaquueu arrependido se propôs fazer, antes que Jesus lhe dissesse: «Hoje veio a salvação a esta casa». Luc. 19:8, 9.

Noção bíblica de confissão

A confissão, segundo a Bíblia, deve ser feita directamente a quem se ofendeu.

Em primeiro lugar a Deus, pois todo o pecado é uma ofensa contra Ele. Assim procedeu David, depois de pecar: «Confessei-Te o meu pecado, e a minha maldade não encobri. Dizia eu: Confessarei ao Senhor as minhas transgressões». Sal. 32:5.

Se houve ofensa contra alguém, deve ser-lhe feita confissão da ofensa cometida.

Disse o Mestre: «Se trouxeres a tua oferta ao altar, e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com o teu irmão, e depois vem e apresenta a tua oferta». Mat. 5:23, 24. A esta espécie de confissão se referia Tiago, quando escreveu: «Confessai as vossas culpas uns aos outros». Tiago 5:16.

Se a ofensa foi pública, a confissão naturalmente deve também ser pública. Assim sucedia quando o dirigente — Moisés, Daniel, Neemias ou outro — confessava a Deus os pecados de todo o povo; ou quando o crente cometia um pecado escandaloso, que trazia opróbrio sobre a Igreja, e desejava a reconciliação com a mesma.

Como veremos adiante, a confissão feita no verdadeiro espírito é seguida do perdão de Deus. As promessas divinas são bem claras a este respeito.

Na noção bíblica de confissão há pois a considerar três factores: o arrependimento prévio, a confissão propriamente dita (acompanhada de restituição, se houver lugar para ela) e fé no perdão divino.

Com o andar dos tempos introduziu-se na Igreja uma noção diferente de confissão — a de confissão sacramental. Consta esta de quatro elementos: a contrição, a confissão propriamente dita, a satisfação e a absolvição.

A contrição pode consistir no arrependimento bíblico, a que atrás nos referimos. Nesse caso chama-se contrição perfeita. Na ausência deste arrependimento, basta a tristeza de ter cometido o pecado por causa das suas consequências, designadamente o castigo eterno. Recebe então o nome de atrição.

A confissão propriamente dita deve ser feita a um sacerdote, intermediário entre Deus e os homens.¹

A satisfação baseia-se na ideia de que o homem, pelas suas mortificações ou méritos (pessoais ou alheios), pode expiar os próprios pecados. A princípio usavam-se penitências pesadas, que depois foram comutadas por outras mais leves ou substituídas por indulgências.

A absolvição é a sentença judicial dada pelo sacerdote que, pelo poder que lhe foi conferido por Deus, perdoa os pecados do penitente.

Vemos, assim, que entre a confissão bíblica e a confissão sacramental há algumas diferenças essenciais: naquela é necessário verdadeiro arrependimento, enquanto nesta basta a atrição; naquela a declaração dos pecados deve ser feita directamente à pessoa (ou pessoas) contra quem se pecou, ao passo que nesta deve ser feita ao sacerdote; naquela a certeza do perdão tem como base a fé nos méritos de Cristo e nas promessas da Palavra de Deus, enquanto que nesta a certeza do perdão tem como base a satisfação obtida por meio de obras ou méritos e a absolvição pronunciada pelo sacerdote.

Como e quando se transitou da noção bíblica de confissão para a noção da confissão sacramental?

Na evolução histórica da noção e prática da confissão podemos distinguir três períodos: o primeiro, até ao fim do século V; o segundo, desde o século VI até ao XI; e o terceiro, a partir do século XII.

A confissão nos cinco primeiros séculos

Durante este período não se regista nenhum sinal de confissão sacramental.

Os diferentes escritores eclesiásticos mantêm um silêncio absoluto a esse respeito, o que é de estranhar, designadamente em obras que tratam da penitência, como o *Pastor de Hermas*, o *De Poenitentia* e o *De Pudicitia* de Tertuliano, e os *Sermões 351 e 352* de S. Agostinho.

Por outro lado, são numerosos os testemunhos de que a confissão, como norma geral, devia ser feita directamente a Deus.

Registemos os seguintes:

S. *Clemente Romano*: «O Senhor do universo de nada precisa, ó irmãos: somente deseja que Lhe confessemos as nossas faltas. David, o eleito, diz: 'Hei-de confessar-me ao Senhor, e isto Lhe será mais agra-

(1) Nas religiões pagãs da antiguidade, certos sacerdotes tinham idêntica pretensão, à qual resistiam alguns espíritos mais fortes. Foi o que sucedeu, por exemplo, com Lisandro. «Ao consultar o oráculo em Samotrácia, quando o sacerdote lhe mandou confessar qual o maior crime que tinha cometido na sua vida, [Lisandro] perguntou: 'Mandas-me isso por tua iniciativa ou por ordem dos deuses?' 'Por ordem dos deuses'. 'Então', disse ele, 'nada tens que me perguntar, e quando os deuses me interrogarem, lhes confessarei.'» — Plutarco, *Laconica Apophthegmata*. Meu exemplar: *Plutarchi Chaeronensis Moralia*, Basileae, per Thomam Guarinum, 1570, pág. 207.

dável do que um vitelo grande; que o saibam os pobres e se alegrem'».¹

No «Pastor» de *Hermas*, faz-se referência a confessar os pecados directamente a Deus: «Havendo atravessado aquela torrente, parei numa planície, e ali curvei-me em meus joelhos e comecei a fazer oração ao Senhor e a confessar os meus pecados».² «Ao ver-me sozinho ali, sobreveio-me como que um calafrio. Mas, voltando a mim e recordando-me da glória de Deus e cobrando ânimo, pus-me de joelhos e confessei outra vez ao Senhor os meus pecados, como antes fizera».³

Tertuliano: «A confissão dos pecados é aquela com que confessamos o nosso pecado a Deus, não porque Ele o ignore, mas porque esta confissão prepara o desagravo; desta confissão nasce o arrependimento, e com o arrependimento Deus Se abranda».⁴

S. Basílio: «Eu não me ponho em espectáculo diante do mundo para fazer uma confissão com os meus lábios; fecho os meus olhos e faço a confissão no secreto do meu coração. Só diante de Ti, ó meu Deus, deixo escapar meus suspiros. Tu és testemunha deles».⁵

S. João Crisóstomo é particularmente fértil em expressões desta natureza. «Se o pecador se apressa a confessar os seus actos, a mostrar a sua ferida ao Médico que o tratará sem o injuriar, a receber d'Ele remédio, a falar-Lhe a sós, sem testemunhas, a dizer-Lhe tudo exactamente, Ele depressa reparará suas faltas».⁶ «Manifesta os teus pecados, a fim de que te sejam perdoados. Como? Envergonhas-te, acaso, de dizeres que pecaste? Di-lo cada dia na tua oração. Não te digo que os manifestes ao teu co-irmão, pois que este te increparia, mas manifesta-os a Deus, que te perdoa».⁷ «É coisa admirável que Deus nos perdoe os pecados; mas é ainda coisa mais admirável que Ele no-los perdoe dispensando-nos de os revelar. A única obrigação que nos impõe é dar-Lhe satisfação e confessarmo-nos a Ele mesmo. ... Ele, ao passo que perdoa os pecados, não força a manifestá-los a pessoa alguma. Uma só coisa exige, e é que aquele

que obtiver o benefício da remissão compreenda a extensão da dádiva. Se Aquele que assim nos beneficia se contenta só com o testemunho da nossa consciência, como não classificar-se de absurdo o nós procurarmos, como por ostentação, outras testemunhas?»⁸ Sobre as palavras de 1º Cor. 11: 28, escreve: «Por isso diz: Examine-se o homem a si mesmo. Não mandou que um examinasse o outro, mas que cada um se examinasse usando de segredo e não de publicidade; e que se examinasse sem testemunha alguma».⁹ «Pelo que eu vos exorto e vos rogo, confessai-vos frequente e assiduamente, porém a Deus. Eu não vos levo perante a multidão dos vossos co-irmãos; não vos forço a revelar pecados aos homens. Abri a vossa consciência perante Deus; e a Ele apresentai as vossas chagas, a Ele pedi o remédio. Manifestai-vos a Ele, que não increpa, porém cura. Ainda que vos caleis, Ele tudo conhecerá; manifestai-vos, pois, para vosso bem; manifestai-vos a Ele, a fim de que, descarregado o peso, volteis de lá puro, e estejais livre da solene publicação do último dia».¹⁰ «Só Deus te veja quando te confesses; Deus, que não exproba, Deus, que perdoa os pecados que se Lhe confessam».¹¹ «Confessai os vossos pecados todos os dias em oração. Porque haveis de hesitar nisso? Não digo que vos confesseis a um homem, tão pecador como vós, que vos poderia desprezar se conhecesse as vossas faltas; mas confessai-as a Deus, que vo-las pode perdoar».¹² «Não é necessário que haja testemunha alguma da vossa confissão. Reconheci vossas iniquidades, e que Deus só, sem que ninguém o saiba, ouça a vossa confissão».¹³ «Acusemo-nos e apaziguaremos o Juiz. Um pecado confessado é um pecado atenuado; um pecado não confessado é um pecado agravado. ... Não vos peço que os publiqueis, que vos acuseis a outros; convido-vos a obedecer ao profeta que vos diz: 'Revela o teu caminho ao Senhor'. Confessai os vossos pecados a Deus, confessai-os ao Juiz».¹⁴ «Pergunto-vos: Tendes vergonha e corais de dizer vossos pecados? Dizei-los a um homem que vos censurará? Dizei-los a um dos vos-

(1) Carta aos Coríntios, LII, 1, 2. (Trad. da Coleção «Patristica», Edições Paulistas, Lisboa 1960, p. 174). (2) *Pastor*, Visão Primeira, I, 3. (3) *Ibid.*, Visão Terceira, I, 5. (4) *De Poenitentia*, cap. X. (5) *Comentário ao Salmo XXXVII*. (6) *Homilias sobre o Génesis*, XX, 3, 4. (7) *Homilia II sobre o Salmo LI*. (8) *Homilia XXI ao povo de Antioquia*. (9) *Homilia XXVIII sobre a I Epistola aos Coríntios*. (10) *Homilia V De Incomprehensibili Dei Natura*, V, 7 (Migne, P.G., t. XLVIII, col. 746). (11) *Homilia LVIII*. (12) *Homilia sobre o Salmo I*. (13) *Homilia De Poenitentia* (Migne, P.G., t. XLIX). (14) *Comentário ao cap. XII da Ep. aos Hebreus* (Migne, P.G., t. LXIII, col. 216).

sos semelhantes que irá divulgá-los? É ao Senhor, ao Governador, ao Amigo dos homens; é ao Médico que mostrais a ferida. Não que Ele ignorasse, se guardásseis o silêncio, Ele que conhece tudo de antemão. Que pois vos impediria de falar? ... Não vos obrigo, diz Ele, a exhibir-vos em público, a tomar numerosas testemunhas; dizei o vosso pecado só a Mim, em particular, para que Eu cure a vossa ferida e vos liberte da vossa dor».¹ «Corais de dizer vossos pecados? Mesmo que fôsseis obrigados a dizê-los e a confessá-los diante dos homens, não deveríeis corar. Com efeito, o que é vergonhoso, é pecar, e não confessar os pecados. Mas não é necessário fazer a confissão diante de testemunhas. Que o exame se faça perante o conselho da consciência, que o juízo seja sem testemunhas, que só Deus vos veja confessar-vos».²

S. Agostinho: «Confessarei ao Senhor a minha injustiça, e Ele me perdoará todas as minhas iniquidades. E tal confissão não é feita com os lábios mas só com o coração. Eu mal abri a boca para confessar os meus pecados e foram perdoados, porque Deus tinha já ouvido a voz do meu coração».³ «Porque iria eu expor aos homens as chagas de minha alma? É o Espírito Santo quem remete os pecados. O homem não pode fazê-lo porque tem necessidade de médico da mesma maneira que aquele que nele busca o remédio».⁴

Estas citações, e outras que poderiam ser aduzidas, provam sobejamente que durante os primeiros séculos a confissão para perdão dos pecados era feita directamente a Deus.

Paralela a esta, havia também uma confissão pública que se destinava a dar uma reparação e a obter a reconciliação com a Igreja no caso de pecados que haviam causado escândalo.

A lista desses pecados escandalosos varia entre os diversos autores e por vezes em obras diferentes do mesmo autor. Mas de um modo geral reduzem-se a três: a impudicícia, a idolatria e o homicídio.

Escreveu S. Agostinho: «Os que pensam que todos os outros pecados podem ser fá-

cilmente remetidos pela esmola, reconhecem pelo menos três pecados mortais que devem ser feridos de excomunhão, até que sejam curados pela humilhação da penitência, a saber, a impudicícia, a idolatria e o homicídio».⁵

Em certos casos, os excomungados deixavam definitivamente a Igreja. Voltavam então para o paganismo ou entravam em qualquer seita herética que os aceitasse.

Se, porém, desejavam continuar na Igreja, deviam submeter-se à penitência pública.

O cerimonial da penitência pública variou com os tempos e lugares,⁶ mas podemos salientar os seguintes traços comuns:

a) *Imposição da penitência* — O membro culpado reconhecia o seu erro e sujeitava-se à penitência que lhe era imposta pela autoridade eclesiástica.

b) *Execução da penitência* — A partir de então, não podia participar da eucaristia nem sequer entrar na igreja. A principio tinha de ficar à porta; mais tarde, era admitido a um canto, reservado a pessoas nas suas condições, sem contacto com os outros fieis. Além disso, devia jejuar frequentemente, dormir na terra dura, deixar crescer o cabelo e a barba, e submeter-se a outros exercícios mais ou menos severos.

Esta parte da disciplina penitencial era considerada uma verdadeira confissão pública. Era por isso que recebia a designação de *exomologese*.

Escreve Tertuliano: «A exomologese é a disciplina que prescreve ao homem o prostrar-se e humilhar-se impondo-se um regime de natureza a atrair sobre si a misericórdia. No que respeita ao seu vestuário e alimentação, ela exige que se deite no saco e cinza, que envolva o corpo com sombrios andrajos, que abandone a alma à tristeza, que corrija por meio de rudes tratamentos passadas; não conhece senão uma bebida e uma comida muito simples, tais como o exige o bem da alma e não o prazer do ventre. O penitente alimenta de ordinário as orações por meio de jejuns, geme, chora, clama dia e noite ao Senhor seu Deus, roja-se aos pés dos sacerdotes, ajoelha-se diante dos que são caros a Deus, encarrega to-

(1) *Sermão IV sobre Lázaro* (Migne, P. G. XLVIII, col. 1012). (2) *Non esse ad gratiam concionandum*, 2 e 3. (3) *Homilia sobre o Salmo XXXII*. (4) *Serm. 99 De Verb. Evang. Luc. 7*. (5) *De Fide et Operibus*, XIX, 34. (6) Como atesta Cipriano, cada bispo era juiz da pena a aplicar em casos de pecados escandalosos, e daí a falta de uniformidade na Igreja primitiva em matéria de disciplina penitencial. Cfr. Cipriano, *Epistola 55 ad Antonianum*, cap. 21. (Migne, P.L., t. III, col. 787).

dos os irmãos de ser seus intercessores para obter o seu perdão».¹

c) *A reconciliação* — Passado o tempo julgado suficiente para provar que o pecador estava arrependido (tempo que podia ir de duas semanas a vinte anos ou mais conforme os tempos e lugares) e que a reparação dada era satisfatória, a pena era oficialmente levantada pela autoridade eclesiástica e o penitente reintegrado no seio da Igreja.²

Notemos, de passagem, que o penitente reconciliado ficava assinalado indelévelmente. Não podia mais ocupar qualquer cargo de responsabilidade dentro da Igreja nem entrar nas fileiras do clero.³

Esta reconciliação podia ser considerada como uma absolvição. Mas em que sentido é que ela devia ser tomada como tal?

Não no sentido de que a Igreja, ou antes, a autoridade eclesiástica perdoe em nome de Deus. Os escritores primitivos são bem claros a este respeito.

Dizia Tertuliano: «*De venia Deo reservamus*: quanto ao perdão, nós o reservamos a Deus».⁴ E um pouco adiante: «Quem permite dar ao homem o que deve ser reservado a Deus?»⁵

Clemente de Alexandria, por sua vez, expressava-se assim: «Só Deus tem o poder de remeter os pecados e de tornar os delitos não imputáveis».⁶

Escrevia também S. Cipriano: «Ninguém tenha ilusões. Que ninguém se engane. Só o Senhor pode usar misericórdia. O perdão dos pecados só pode vir d'Aquele que carregou sobre Si todos os nossos pecados, que sofreu e morreu por nós pecadores. O homem não é mais que Deus. O servo não pode perdoar o delito grave cometido contra o seu patrão».⁷

No século IV, S. Basílio: «Quem remete os pecados não é outro senão o próprio Deus».⁸

A reconciliação era considerada uma absolvição apenas como acto de disciplina

exterior. Não afectava as relações pessoais do pecador com Deus. Pressupunha, pelo contrário, que ao ser reconciliado com a Igreja a sua situação já estava regulada com Deus. S. Agostinho e S. Gregório Magno comparavam o que se passava então com o que ocorrera quando Jesus mandou desligar a Lázaro depois de este ter ressuscitado. Não foi o acto de o desligar que o ressuscitou; ele já estava ressuscitado quando o desligaram. Assim se passa com o penitente reconciliado com a Igreja. Não é esta que o põe em ordem com Deus; mas, em virtude de ele já estar em ordem com Deus, então a Igreja o reintegra no seu seio.

Ouçamos S. Gregório Magno: «Lázaro já está vivo quando os discípulos o desligam; ele estava morto quando o Mestre o ressuscitou. ... Também nós devemos, por nossa autoridade pastoral, desligar os que constatamos ter sido restituídos à vida pela graça que ressuscita».⁹

Vemos, pois que a absolvição de que aqui se trata é apenas declarativa e não sacramental.

Acontecia, porém, com frequência, que um dos pecados atrás mencionados era cometido por um membro de Igreja, sem que tenha havido escândalo, em virtude do seu carácter secreto.

Que se devia então fazer?

Nalgumas comunidades a confissão pública de pecados secretos graves era, não só facultativa, mas obrigatória. Podemos compreender facilmente os inconvenientes que acompanhavam essa prática.

Por isso, o procedimento mais comum era o pecador confessar a sua falta ao bispo, a fim de que este, por um lado, julgasse da necessidade ou utilidade da penitência pública, e, por outro lado, regulasse o modo e grau dessa penitência.

Sucedia, porém, que em igrejas grandes o bispo não podia atender a todos os casos de confissão e então delegava essas funções

(1) *De Poenitentia*, IX, 3-5.

(2) Durante os três primeiros séculos, pelo menos em certas igrejas, para alguns pecados, como por exemplo a idolatria voluntária e espontânea, não havia possibilidade de reconciliação oficial, nem sequer em artigo de morte. O penitente era abandonado à misericórdia de Deus. Mas no princípio do sec. IV a disciplina dos pecados irremissíveis já estava em vias de desaparecer. Esta subsistiu por mais algum tempo apenas para os relapsos depois de uma primeira reconciliação.

(3) Ver Origenes, *Contra Celso*, III, 51.

(4) *De Pudicitia*, XIX, 6.

(5) *Ibid.*, XXII, 2.

(6) *Quis dives salvetur*, cap. XXXIX.

(7) *De Lapsis*, XVII (Trad. de Edições Paulistas, S. Cipriano, *Tratados*, vol. 1.º, pág. 94).

(8) *Regulae brevius tractatae*, Interrog. 12 (Migne, P.G., t. XXXI)

(9) *Homilias sobre os Evangelhos*, XXVI, 4, 6. Cfr. o desenvolvimento extenso deste pensamento em S. Agostinho, *Sermão* 352.

em pessoas que receberam a designação de *padres penitenciários*.¹

O historiador Sócrates Escolástico assina-la no seguinte texto o início dessa instituição: «Desde que os novacianos se separaram da Igreja, por não quererem comungar com aqueles que, na perseguição de Décio [meados do séc. III], haviam apostatado, os bispos acrescentaram à árvore eclesiástica um padre penitenciário, para que aqueles que houvessem pecado depois do baptismo se confessassem ao padre, para esse fim instituído».²

Entre as igrejas que tinham um padre penitenciário encontrava-se a de Constantinopla. Aqui foi este cargo mantido até ao tempo do bispo Nectário, que o aboliu devido à seguinte ocorrência.

No ano 390, uma nobre dama de Constantinopla confessou-se ao padre penitenciário de ter cometido fornicção com um diácono daquela igreja. O facto foi divulgado, o que levou o povo a sublevar-se não só contra o padre penitenciário mas também contra o clero em geral, como corruptor de virtuosas matronas.

Então o padre Eudémone persuadiu o bispo Nectário a abolir esse cargo e a estatuir que de futuro cada pessoa usasse a sua consciência para tomar ou não parte na comunhão, sem prévia necessidade de se confessar a um sacerdote.

Esta decisão, tomada por Nectário, foi seguida por um grande número de bispos orientais.³

No Ocidente continuou a prática de confessar esses pecados.

Numa carta dirigida aos bispos da Campânia, a propósito do costume que se estabeleceu na Itália Meridional de se pôr por escrito as confissões e de as ler em público na igreja, escreve o papa Leão I:

«Acerca da penitência pedida pelos fieis, não se deve estabelecer por escrito a lista pormenorizada dos pecados e lê-la depois em público; pois basta dar a conhecer só aos sacerdotes, por uma confissão secreta, as faltas de que a consciência se sente carregada. Por louvável que pareça esta intensi-

dade de fé que, por temor de Deus, não hesita em corar diante dos homens, todavia, como os pecados dos que pedem a penitência nem sempre são de natureza a ser publicados, sem que os culpados receiem a sua publicidade, é necessário abandonar este lamentável costume, não suceda que muitos se afastem dos remédios da penitência, quer por vergonha, quer pelo receio de ver revelar aos seus inimigos factos que podem cair sob a alçada das leis. De resto, basta fazer esta confissão primeiro a Deus, e em seguida ao bispo, o qual intercede pelos pecados dos penitentes. Enfim poder-se-á mais facilmente levar um maior número de pecadores à penitência se o estado de consciência daquele que se confessa não for revelado aos ouvidos do povo».⁴

Vemos, pois, que ao lado da confissão pública relacionada com a penitência pública, se foi introduzindo a confissão discreta, quer seguida de penitência pública quer de penitência privada.

A par desta confissão em vista da satisfação, havia também a confissão feita como descarga dos conflitos íntimos perante alguém que pudesse dar uma orientação espiritual.

Já Orígenes se referia a esta espécie de confissão: «Enquanto os pecadores têm a sua falta escondida em si mesmos, são atormentados e por assim dizer sufocados pelo abcesso ou a bilis do pecado. Mas, se o pecador se acusa, pelo facto de se acusar e de se confessar vomita o seu pecado e faz desaparecer a causa da doença. Simplesmente, examinaí com cuidado a quem deveis confessar o vosso pecado. Experimentai previamente o médico a quem deveis expor a causa da vossa doença, que saiba fazer-se enfermo com o enfermo, chorar com o que chora, que conheça a arte de se compadecer das dores dos outros e de as partilhar. Quando tiverdes encontrado esse médico experimentado e indulgente, fazei tudo o que ele vos disser, segui todos os seus conselhos. Se ele for de parecer que a vossa doença deve ser declarada e tratada na assembleia de toda a igreja, que isso pode contribuir

(1) Na Ásia Menor, «economos da penitência». Cfr. Gregório de Nyssa, *Ep. Canon.*, can. 7. (Migne, P. G., t. XLV, col. 235).

(2) Sócrates, *História Eclesiástica*, Liv. V, cap. 19.

(3) Sozomeno, *Historia Eclesiastica*, Liv. VII, cap. 16.

(4) S. Leão, *Epist. 168, Ad Episc. Campaniae*, cap. 2. (Migne, P. L., t. LIV, col. 1210).

para a edificação dos outros e facilitar a vossa cura, é necessário obedecer ao conselho desse médico experimentado».¹

Esta espécie de confissão tornou-se corrente sobretudo nos mosteiros.

No capítulo VII da Regra de S. Bento, lemos: «O quinto grau da humildade consiste em não ocultar ao seu abade mas antes descobrir-lhe, com humilde confissão, todos os maus pensamentos que lhe vierem ao coração, bem como as faltas que secretamente houver cometido».²

Lemos ainda no capítulo XLVI da mesma Regra: «Tratando-se, porém, de pecado secreto da alma, descubra-o somente ao abade ou aos anciãos versados nas coisas espirituais, que saibam curar as feridas próprias e as alheias, sem as revelar ou publicar».³

Como acabamos de ver, até ao fim do século V não existe na Igreja a noção de confissão sacramental. Quando há confissão, esta não é feita para que a autoridade eclesiástica, em nome de Deus, perdoe os pecados. É feita, sim, para que a autoridade eclesiástica, em face do delito, segundo as circunstâncias, determine a pena ou satisfação a aplicar, ou interceda pelo penitente, ou o oriente na sua vida espiritual.

A Confissão deste o Século VI ao XI

Já vimos até aqui que a confissão se relacionava sobretudo com as faltas graves que deviam ser acompanhadas de uma penitência ou satisfação pública. Vimos também que gradualmente se foi introduzindo a confissão discreta feita a pessoas a quem se pedia intercessão junto de Deus ou direcção espiritual. Em qualquer destes casos não se tratava de confissão sacramental, pois nela não era dado o perdão dos pecados em nome de Deus.

A confissão em vista da penitência pública foi, porém, perdendo a sua razão de ser. Em vez da penitência pública, que praticamente acabou por desaparecer, foi-se introduzindo a penitência privada — não só para os pecados graves mas também para os considerados leves.

Para cada pecado devia haver uma penitência, ou seja, um castigo adaptado a cada caso.

As listas de penitências variaram segundo os tempos e os lugares. Encontravam-se nos *Livros Penitenciais*, nos quais se enumeravam todos os pecados possíveis, com o castigo que cada um deles implicava.

Bom número de igrejas, tinham os seus Livros Penitenciais privativos. Entre os mais conhecidos encontram-se o de Teodoro, arcebispo de Cantuária (m. 690) e o de Burchard, bispo de Worms (princípio do século XI).⁴

O fiel confessava ao sacerdote os seus pecados, não só os graves mas, cada vez com mais frequência, também os considerados leves, e o sacerdote impunha então para cada caso a pena indicada no *Penitencial*, ou então, como estava previsto nos mesmos livros, a dispensa de uma boa parte dessas penitências, que podiam ser substituídas por multas ou actos piedosos de mais fácil execução.

Neste período ainda não se pode falar de confissão sacramental, pois o confessor não perdoa os pecados em nome de Deus.

Se ele intervém como intermediário entre Deus e o homem, não é como detentor do poder de perdoar mas como intercessor. Eis um exemplo de confissão, segundo o *Penitencial* de Teodoro: «Dirijo-me também humildemente a vós, sacerdote de Deus, e peço-vos que intercedais por mim e pelos meus pecados junto de nosso Senhor e

(1) *Homília II sobre o Salmo XXXVII*, 6. (Migne, P.G., t. XII, col. 1386). Devia, porém, haver prudência quando se tratasse de abrir a alma a uma pessoa do outro sexo. Aconselhava S. Jerónimo a um presbítero, seu correspondente: «Não te sentes com uma mulher só, secretamente e sem testemunhas. Se ela necessita de dizer algo mais familiarmente, tem para a ouvir ou a ama mais velha da casa, ou uma virgem, ou uma viúva ou uma mulher casada. Não será tão desumana que não ouse ter confidente senão a ti.» — *Carta a Nepociano*, 5.

(2) *Regra do Glorioso Patriarca S. Bento*, traduzida do latim e anotada pelos Monges de Singeverga. Edições «Ora & Labora», Mosteiro de Singeverga, 1951, pág. 24. Os tradutores fizeram a este texto a seguinte nota: «Não se trata aqui de confissão sacramental, mas de manifestação da consciência, livre e espontânea, feita ao abade como representante de Deus». (Pág. 92).

(3) *Ibid.*, pág. 58. Nota dos tradutores: «Anciãos versados nas coisas espirituais. Estes *seniores spirituales* eram monges que, pela sua idade, saber e experiência da vida espiritual, podiam servir de guia aos outros no caminho da perfeição. Não se trata aqui da confissão sacramental, mas do que poderíamos chamar 'direcção espiritual' por meio da 'abertura da consciência.» (Pág. 103).

(4) Estes *Penitenciais* estão incluídos na *Patrologia Latina* de Migne, o de Teodoro no tomo 99 e o de Burchard no tomo 140.

Criador, a fim de que eu mereça obter a Sua graça e a Sua indulgência para estes pecados que acabo de confessar e para todos os meus crimes».¹

Se, por outro lado, segundo certos Penitenciais ele absolve, não é dos pecados em si, mas das penas impostas: «Eu te absolvo de todos os juízos pelos quais te liguei» (*Absolvo te ab omnibus iudiciis quibus te ligavi*).

Só a partir do século XII encontramos dentro da Igreja a noção de confissão sacramental, como vamos ver.

A Confissão a partir do século XII

Para compreendermos o que se passou neste período temos de fazer uma breve referência à teoria dos sacramentos.

Até ao século XII, sacramento designava uma coisa santa, que tanto podia ser a pregação, as cerimónias do enterro, o lava-pés, como sobretudo o baptismo e a eucaristia. S. Pedro Damiano (m. 1072) enumera 15 sacramentos e Hugo de S. Vitor (m. 1141) um maior número ainda.

No século XII fixa-se o número em sete, e limita-se o seu significado. Sacramento é um sinal externo e sensível com a virtude de significar e conferir uma graça interior e invisível.²

Por influência da filosofia de Aristóteles, que distinguia em todas as substâncias terrestres dois princípios, um passivo, ou seja a matéria, e outro activo, ou seja a forma, a teoria hilemórfica foi aplicada aos sacramentos. Como se expressaria mais tarde o papa Eugénio IV, «todos estes sacramentos são constituídos por três elementos, a saber, por objectos como matéria, por palavras como forma, e pela pessoa do ministro que confere o sacramento com a intenção de fazer o que faz a Igreja».

Assim, no Baptismo, a matéria seria a água e a forma as palavras proferidas pelo ministro. Para o sacramento da Penitência, a matéria remota seriam os pecados, a matéria próxima os actos do penitente, ou seja, a contrição, a confissão e a satisfação, e a forma as palavras da absolvição proferidas pelo sacerdote.

Sendo cada sacramento constituído por matéria e forma, segue-se que esta deve ter sido estabelecida pelo próprio Jesus Cristo.

E qual foi a forma estabelecida pelo Mestre para o sacramento da Penitência? — As palavras: «Eu te absolvo dos teus pecados».

No entanto, é certo que estas palavras não se encontram nas Sagradas Escrituras nem no ritual das antigas igrejas. Até aqui a absolvição limitara-se apenas ao foro externo ou, quando muito, como ainda sucedia nessa altura com as igrejas orientais, tinha um carácter intercessório, mas agora assumia um carácter judicial extensivo ao foro interno, segundo o qual o sacerdote perdoa os pecados em nome de Deus.

Contra esta interpretação ainda se insurgiram certos teólogos, como Pedro Lombardo, que insistia que o importante não era a sentença do sacerdote mas a vida do penitente.³

Em presença do valor intrínseco do sacramento, «*ex opere operato*», passa a ser dada menor ênfase a dois elementos que anteriormente eram considerados essenciais: à contrição, que pode ser substituída pela atuição, e à satisfação, sendo a antiga disciplina penitencial substituída por insignificantemente compensações.

A ênfase passa a incidir sobre a confissão, por parte do pecador, e à absolvição dos pecados, por parte do sacerdote. Estamos então chegados à confissão sacramental.

A pouco e pouco a confissão assim compreendida foi-se tornando obrigatória, não só para os pecados graves mas também para os considerados leves.

O IV Concílio de Latrão, em 1215, decretou que todo o fiel devia confessar-se pelo menos uma vez cada ano.

Eis o texto do decreto: «Cada fiel, de qualquer dos sexos, chegado à idade da discreção, é obrigado a confessar exactamente, só e em segredo, pelos menos uma vez por ano, todos os seus pecados ao seu próprio sacerdote e a fazer tanto quanto possível a penitência imposta; deve também, pelo menos durante o tempo pascal, receber com reverência o sacramento da eucaristia. ... Se alguém desejar, por um motivo sério, con-

(1) Cap. XIII.

(2) No século XVI ler-se-á no Catecismo do Concílio de Trento: *Sacramentum «docendum erit rem esse sensibus subjectam, quae ex Dei institutione sanctitatis et iustitiae tum significandae, tum efficiendae, vim habet».* — *Catechismus Concilii Tridentini*, Pars II, cap. I, 10.

(3) Cfr. *Sent. IV*, dist. 18, E. F.

fessar-se a um sacerdote estranho, deve pedir autorização ao seu próprio sacerdote e obtê-la dele; sem isso, outro não pode remeter-lhe os pecados nem retê-los».¹

A partir desta data, podemos considerar terminada a evolução do conceito e prática da confissão sacramental.

O Perdão dos Pecados

Como já mencionámos atrás, a certeza do perdão dos pecados não tem como base a satisfação e absolvição sacramental, mas a fé no sacrifício de Cristo e nas promessas da Palavra de Deus.

Na realidade, a satisfação pelos nossos pecados reside na expiação feita por Cristo como nosso Substituto.

Ele desceu do Céu para tomar a nossa condição e expiar os nossos pecados. Referindo-se ao Messias vindouro, já Isaías falava de «quando a Sua alma se puser por expiação do pecado». Isaías 53:10. «Pelo que», lemos na Epístola aos Hebreus, «convinha que em tudo fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote naquilo que é de Deus, para expiar os pecados do povo». Heb. 2:17.

Essa expiação efectuou-se por meio da Sua morte na cruz. «Ele foi ferido pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre Ele, e pelas Suas pisaduras fomos sarados». Isa. 53:5.

Devido ao sacrifício de Cristo, cuja eficácia foi confirmada pela Sua ressurreição, somos agora aceitos por Deus. «O sangue de Jesus Cristo, Seu Filho, nos purifica de todo o pecado». 1 João 1:7.

Para a satisfação pelos nossos pecados basta-nos pois o sacrifício de Cristo e os Seus méritos.

Como absolvição, bastam-nos as promessas da Palavra de Deus.

Para aquele que se arrepende dos seus pecados e os confessa, já no Antigo Testamento se liam as seguintes promessas: «Quanto está longe o Oriente do Ocidente, assim afasta de nós as nossas transgressões. Como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor Se compadece daqueles que O temem». Sal. 103:12, 13. «Desfaço as tuas transgressões como a névoa, e os teus pecados como a nuvem; torna-te para Mim, por-

que Eu te remi». Isa. 44:22. «Restituindo o ímpio o penhor, pagando o furtado, andando nos estatutos da vida, e não praticando iniquidade, certamente viverá, não morrerá. De todos os seus pecados com que pecou, não se fará memória contra ele». Ezeq. 33: 11, 12. «Lançará todos os nossos pecados nas profundezas do mar». Miq. 7:19.

Mas para que recorrer ao Antigo Testamento? Não nos bastaria a áurea promessa que se encontra em 1 João 1:9? Sim, «se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo, para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda a injustiça».

Paz com Deus

Para algumas almas escrupulosas talvez reste ainda uma tênue dúvida de que Deus de facto nos perdoe, mesmo que estejamos arrependidos e tenhamos confessado os nossos pecados.

Se David, antes da vinda de Jesus, descansava na certeza de que «Tu perdoaste a maldade do meu pecado» (Sal. 32:5), não poderá descansar o cristão, após a revelação do amor de Deus na pessoa do nosso Salvador?

Se «Deus enviou o Seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por Ele» (João 3:17), não perdoará a quem, arrependido, aceita a Seu Filho?

Se Jesus afirmou que «não necessitam de médico os sãos, mas sim os doentes» e que veio não «a chamar os justos, mas os pecadores, ao arrependimento» (Mat. 9:12, 13), rejeitará aqueles mesmos a quem veio chamar?

Se Ele disse «O que vem a Mim de maneira nenhuma o lançarei fora» (João 6:37), lançará fora o pecador que n'Ele confia para alívio do seu fardo?

Se o pecador se arrependeu e confessou os seus pecados e se propõe seguir uma nova vida de obediência, olhe para Cristo na cruz e tenha paz. Podem os seus pecados ter sido grandes; maior é o seu Salvador. Tenha fé n'Ele.

«Sendo pois justificados pela fé, temos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo». Rom. 5:1.

É esta a absolvição do crente.

(1) Canon XXI.

Notícias do Campo

Curso de

Obreiros Voluntários

No Instituto do Bongo, realizou-se de 17 de Junho a 4 de Setembro o primeiro curso organizado na nossa União destinado a Obreiros Voluntários, que desejam dedicar as suas vidas à obra do Senhor. Foi frequentado por 22 obreiros vindos dos diversos campos de Angola. As aulas estiveram a cargo do Pastor Pedro de Freitas e da Professora Maria Leonilde Tavares. No dizer de todos os participantes, foi um curso muito útil e inspirador. O segundo ano terá lugar em 1969, nos mesmos meses.



Bongo — Participantes do C. de O. Voluntários

Curso de Educação Doméstica na Central de Colola

De 1 a 31 de Julho, estiveram reunidas na Escola de Colola esposas de obreiros e de membros do Campo Missionário do Bongo e de parte do Campo Missionário de Nova Lisboa, num total de mais de cinquenta senhoras.

A Sra. D. Julieta Botelho foi a directora deste curso.

No dia da inauguração, o Pastor Ernesto Ferreira, presidente da União Angolana dos Adventistas do Sétimo Dia, falou acerca da

educação da mulher africana. Apresentou os livros «O Nosso Lar», «Manual de Culinária», o envelope «Moldes para a Confecção de Roupas» e o folheto «Tratamentos Simples». Disse ainda que esperava que para o próximo Curso teríamos mais um livro — «Puericultura».

No dia seguinte tudo começou a funcionar normalmente, de acordo com o programa que passamos a mencionar: das 5:40 às 6:30, Devção Matinal; das 6:30 às 8:00, estudos sobre o Lar Cristão; das 9:00 às 12:00, Costura. Depois do almoço, as senhoras continuavam com a prática de costura, bordados e tricôt. Das 16:00 às 17:30, prática de Culinária.

A S.^{ra} Directora do Curso sacrificou-se bastante para ensinar as irmãs africanas, algumas das quais aprenderam a dar os primeiros pontos de costura. Regressaram alegres, com o desejo de voltar no próximo ano, se Deus quiser, a fim de assistirem à segunda fase do Curso. Levaram consigo muitos trabalhos bem feitos por suas próprias mãos.

Agradecemos o auxílio que as professoras Azenath de Freitas, Isolina de Freitas, Paulina Eduardo e Florinda Daniel prestaram ao Curso.

O tempo passou depressa, e assim no dia 31 tivemos o encerramento do Curso. O pastor Ernesto Ferreira esteve presente e



Grupo de participantes do C. E. D. de Colola

presidiu à dita cerimónia.

Este programa de encerramento foi lindo. Houve muitos hinos especiais e apresentação de algo aprendido durante o Curso.

A professora Isolina de Freitas teve parte na elaboração do programa e dirigiu a apresentação do mesmo.

Antes de terminar o programa, D. Cecília José agradeceu ao Pastor Ernesto Ferreira o amor e boa vontade que tem manifestado pelos irmãos e irmãs africanos. A mesma irmã pediu ao Pastor Ferreira para continuar a desenvolver os Cursos de Educação Doméstica. Também agradeceu bastante à S.^{ra} D. Julieta pela muita paciência e condescendência que mostrou.

Falou, por fim, o Pastor Ferreira e entregou os diplomas às senhoras que terminaram a última fase do Curso, ou seja, o terceiro ano.

Falando com a Directora do Curso, ela disse-nos: «Gostei bastante do tempo que passei com as senhoras nativas em Colola. Pela primeira vez entrei em contacto directo com elas, e apreciei muito como algumas foram tão jeitosas».

Depois da cerimónia de encerramento, todos os assistentes foram dirigidos até à sala de exposição. A dita sala estava abarrotada de lindas e variadas obras confeccionadas pelas nossas irmãs. Havia mais de duzentas peças, entre as quais vestidos, rendas, camisolas de homem e de criança, babetes, blusas, meias de homem e de criança, toalhas para mesa, tudo finamente confeccionado.

Nas aulas de culinária sob a direcção da S.^{ra} D. Julieta coadjuvada pelas professoras foi ensinado praticamente como preparar os mais variados pratos, como: sopas, guisados, sobremesas, etc. que à noite ao terminar as aulas eram a delícia das alunas.

Ao despedir-nos das senhoras que voltavam para as suas terras, dissemos-lhes: «Prezadas irmãs, quando regressardes aos vossos lares não vos esqueçais de tudo o que aprendestes em Colola acerca da cozinha. Lembrai-vos sempre de que «o caminho que leva ao coração do marido passa pelo seu estômago».

Todas as semanas tivemos momentos dedicados à oração. Orámos na primeira semana pelo curso em Colola; depois pelo Presidente da nossa União e pelo Secretário da mesma. E assim semanalmente tínhamos um assunto particular para as nossas orações.

Aos Sábados à tarde, tínhamos estudos bíblicos sobre diversos assuntos relacionados com



Finalistas do C. E. D. do Gungue

o lar dos ovimbundos. Agradecemos o auxílio prestado pelo Pastor Pedro Balança nestas reuniões.

Que o Senhor possa abençoar o trabalho das nossas irmãs africanas.

Isaque D. Tadeu

Curso de Educação Doméstica na Central do Gungue

Foi no dia 11 de Agosto, pelas 18 horas, que teve início o Curso, dirigido por D. Arline Hermanson, que nessa altura, depois de algumas breves explicações, apresentou o programa das disciplinas que iam ser dadas.

No dia seguinte, quando a Ir. Arline trouxe panos para cortar chambres, qual não foi o seu espanto ao ver que muitas senhoras não sabiam cortar o tecido com uma tesoura. Para facilitar as coisas, pediu às mais adiantadas para ajudarem as mais atrasadas, visto a classe ser muito numerosa. Com efeitos, ela era composta de 74 alunas. Com muito custo, todas conseguiram cortar o tecido.

Quando chegou a altura de coser, levantou-se outra dificuldade — a de usar os dedais.

Todos os dias, das 11:00 às 12:00, havia aula de Tratamentos Simples e de Lar Cristão; das 15:00 em diante, lições de Culinária. Destas as mais curiosas foram as de preparação de pirão sem conduto, salada para acompanhar o pirão, pão saudável, guisados à base de vegetais e todas as quantidades necessárias para tornar a comida saborosa.

Nas lições de lavar a roupa elas aprenderam e aperfeiçoaram a maneira de preparar a roupa de homem, engomar o casaco, etc.



Participantes do C. E. D. do Gungue

Uma semana depois de o curso estar em vigor, aconteceu o seguinte. Um homem quis vir visitar a sua esposa. Ela encontrava-se no Dormitório. Ao sair, quando o viu deu-lhe um forte abraço e deu-lhe os primeiros beijos. Prezados leitores, não calculam a impressão de alegria que encheu esse amigo. No mesmo dia voltou para o seu quimbo para apregoar essa saudável acção praticada pela querida esposa.

Durante os dias em que decorreu o Curso, notou-se sempre um grande entusiasmo por parte de todas as participantes.

Finalmente, chegou a altura do encerramento. A reunião final teve lugar na capela da Escola, com a presença do Pastor Ernesto Ferreira.

Nessa reunião tomaram parte as Irmãs D. Florinda Feliciano (Como se trabalha com os moldes), D. Ana V. Siria (Três tipos de costuras), D. Albertina Maurício (Um lar saudável), D. Sara David (Como cuidar das crianças) D. Domingas Marcelino (Como cuidar da roupa), D. Celeste Carlos (Fomentações), D. Elinda Justino (Aplicações de água), D. Rosalina Gomes (O pão saudável).

Em seguida o Pastor E. Ferreira falou sobre «O papel da mulher africana no futuro da Igreja Adventista» e entregou os diplomas às senhoras que completaram três anos de curso.

O programa terminou com hino «Voltaremos para o Quimbo», da autoria da Ir. Arline Hermanson.

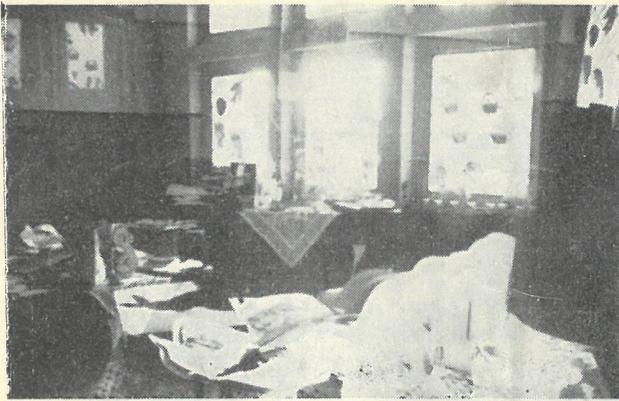
Samuel Sequeira Siria

Igreja de Sá da Bandeira

Terminou há bem pouco tempo a Escola Cristã de Férias! Um grupo de irmãs dedicadamente se entregou à realização de trabalhos com as crianças que alegremente vieram aprender a desenhar, a recortar figuras e a pintar. As nossas irmãs trabalharam por vezes até altas horas da noite para terem os seus trabalhos prontos para o dia seguinte as crianças executarem. Apraz-nos dizer que tivemos cerca de quarenta crianças diariamente sendo a maior parte fora da Igreja e residentes na cidade, mas vieram sempre com interesse para fazerem os seus interessantes trabalhos. Nos intervalos houve jogos e canto e todas as crianças brincavam satisfei-



E. C. F. de Sá da Bandeira — Crianças e seus monitores



E. C. F. de Sá da Bandeira—Exposição de trabalhos

tas tendo dito no final da Escola que pena não ter durado mais tempo! No final houve uma exposição dos trabalhos realizados os quais estiveram expostos ao público na pequena sala que possuímos para as Dorcas e exposições do ano. Na verdade havia interessantes trabalhos feitos pelas crianças e orientadas pelas suas monitoras irmãs que manifestaram sincera dedicação. No dia seguinte foi servido um lanche a todas as crianças que participaram na Escola Cristã de Férias e assim nos despedimos até ao próximo ano se Deus quiser.

Simultaneamente com a Escola Cristã estava sendo realizada a Campanha de Evangelização anual, tendo havido projecções todos os domingos e com uma boa assistência tendo-se

visto o salão repleto de pessoas e algumas de destaque no meio social!

No passado domingo 2 de Setembro fomos em passeio com os nossos jovens e alguns adultos da Igreja à Missão do Quicuco. Foi na verdade um dia bem passado tendo sido bem recebidos pelos irmãos Sá que nos obsequiaram com um excelente almoço de vegetais e fruta que nos deliciou! Os nossos jovens e irmãos visitaram a bela Escola Primária, as oficinas, as culturas, o passeio à nascente onde se veem os lindos fetos e avencas no meio da água cristalina e onde se ouve o cantar dos lindos pássaros de variadas espécies. Antes da partida os nossos jovens fizeram um pequeno programa de despedida, e ao mesmo tempo agradecemos por todas as atenções que nos dispensaram tendo regressado a Sá da Bandeira para a realização do culto do dia. Todos regressaram satisfeitos e alguns acompanhados dos seus cachos de bananas, mamões e cana de açúcar produtos que se criam maravilhosamente naquela Missão onde se tem exercido tanta actividade para o desenvolvimento da agricultura!

Queira Deus abençoar as actividades tanto das Igrejas como das Missões nos seus diferentes sectores do Campo Missionário, e que através destes empreendimentos haja uma maior aproximação de almas para o Reino de Deus!

Vosso no Senhor,
Américo J. Rodrigues

O Governo Português e as Missões não Católicas

Por sensibilidade pessoal, acredito na bondade, na solidariedade e no espírito de auxiliar o próximo, portanto, no espírito missionário. Por sentimento pessoal também tenho suficiente largueza de espírito para entender que os homens devem responder por si próprios e que devem ter dentro da liberdade de consciência o direito de escolher o credo que melhor lhes sirva. Quer isto dizer que, para mim, que neste momento sou o responsável por Angola, que sou o Governador Geral de Angola, pouca diferença fará que os homens sejam católicos ou sejam protestantes. Não tenho quaisquer restrições mentais para beneficiar uns em prejuízo dos outros. Como eu venho a dizer há vários dias, para mim, sejam quais forem os homens, são todos irmãos, e a minha maior aspiração é que toda a gente se consiga realizar a si própria, seja útil para a sua família e para a sociedade. Mas que nunca esqueça que acima do indivíduo ou da colectividade a que pertence, há uma coisa que está acima de tudo isso e que é a Pátria. Para nós é a Pátria Portuguesa. ...

Poderei admitir, por muito que custe a ouvir a alguns de vossas excelências, que nalguns pontos da Província, aqui ou além, entre católicos ou entre protestantes, ou entre aqueles que não têm qualquer religião, haja lobos, lobos que por vezes se podem querer introduzir no redil e que, portanto, para além das missões puramente morais, espirituais ou religiosas, queiram introduzir outras noções que, afinal, são negação dessa primeira finalidade. São apenas causa de perturbação social; são apenas causa de, em vez de unirem os homens, porem os homens uns contra os outros. E é nesse sentido, por muito que me custe, que eu tenho de estar atento.

Palavras de Sua Excelência o Governador Geral Tenente-Coronel Rebocho Vaz, proferidas no Dondi, em 4 de Setembro de 1968.